SAÚDE MENTAL DE IDOSOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

MENTAL HEALTH OF OLDER ADULTS IN SOCIOECONOMIC VULNERABILITY: CHALLENGES FOR PUBLIC POLICIES

Thiago de Moura Barbosa[1],
Profa. Dra. Rozineide Iraci Pereira da Silva

RESUMO: O envelhecimento populacional representa um dos principais desafios para os sistemas de saúde contemporâneos, especialmente em países em desenvolvimento, onde as desigualdades sociais impactam significativamente as condições de vida da população idosa. Nesse contexto, a vulnerabilidade socioeconômica constitui um importante determinante da saúde mental, estando associada ao aumento da prevalência de transtornos como depressão, ansiedade, sofrimento psíquico e isolamento social. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e saúde mental em pessoas idosas, identificando fatores de risco, mecanismos de proteção e os desafios enfrentados pelas políticas públicas para a promoção do bem-estar psicológico dessa população. Trata-se de uma reflexão teórica fundamentada em evidências científicas nacionais e internacionais, abordando aspectos relacionados à renda, escolaridade, acesso aos serviços de saúde, suporte social e condições de moradia. Os resultados da literatura apontam que a precariedade econômica, a exclusão social e as barreiras de acesso aos serviços especializados contribuem para o agravamento dos problemas de saúde mental entre idosos vulneráveis. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais, aliado à ampliação das ações de promoção da saúde mental na Atenção Primária à Saúde, é essencial para reduzir desigualdades e garantir um envelhecimento mais saudável, ativo e digno.

Palavras-chave: Saúde Mental; Pessoa Idosa; Vulnerabilidade Social; Determinantes Sociais da Saúde; Políticas Públicas; Envelhecimento.

Abstract

Population aging represents one of the main challenges for contemporary health systems, particularly in developing countries, where social inequalities significantly affect the living conditions of older adults. In this context, socioeconomic vulnerability is an important determinant of mental health and is associated with an increased prevalence of disorders such as depression, anxiety, psychological distress, and social isolation. This study aims to analyze the relationship between

[1] Thiago de Moura Barboza, Cristian Business School, thiagodemourabarbosabarbosa@gmail.com.
[2] Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-6863-7874, e-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com

socioeconomic vulnerability and mental health among older adults, identifying risk factors, protective mechanisms, and the challenges faced by public policies in promoting psychological well-being in this population. This is a theoretical reflection based on national and international scientific evidence, addressing aspects related to income, education, access to health services, social support, and housing conditions. Findings from the literature indicate that economic deprivation, social exclusion, and barriers to accessing specialized services contribute to the worsening of mental health problems among vulnerable older adults. It is concluded that strengthening intersectoral public policies, combined with expanding mental health promotion actions within Primary Health Care, is essential to reduce inequalities and ensure healthier, more active, and dignified aging.

Keywords: Mental Health; Older Adults; Social Vulnerability; Social Determinants of Health; Public Policies;

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui uma das mais significativas transformações demográficas do século XXI, resultante da redução das taxas de fecundidade, do aumento da expectativa de vida e dos avanços nas condições sanitárias e tecnológicas. No Brasil, esse fenômeno ocorre de forma acelerada, impondo importantes desafios aos sistemas de saúde e proteção social. Estima-se que, nas próximas décadas, a população idosa representará uma parcela crescente da sociedade, demandando políticas públicas capazes de garantir não apenas a longevidade, mas também a qualidade de vida e o bem-estar integral dessa população.

A saúde mental é reconhecida como um componente essencial da saúde global e desempenha papel fundamental na manutenção da autonomia, da funcionalidade e da participação social das pessoas idosas. Entretanto, o envelhecimento frequentemente é acompanhado por eventos que podem aumentar a vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, tais como aposentadoria, perdas afetivas, isolamento social, redução da renda, presença de doenças crônicas e limitações funcionais. Esses fatores, quando associados a condições de vulnerabilidade socioeconômica, potencializam os riscos para o desenvolvimento de transtornos mentais, especialmente depressão, ansiedade e sintomas relacionados ao estresse psicossocial.

A vulnerabilidade socioeconômica caracteriza-se pela exposição a condições desfavoráveis de renda, escolaridade, habitação, acesso aos serviços públicos e oportunidades sociais. Sob a perspectiva dos determinantes sociais da saúde, tais condições influenciam diretamente o processo saúde-doença, produzindo desigualdades que se refletem em diferentes indicadores de morbimortalidade e qualidade de vida. Entre

as pessoas idosas, a precariedade econômica pode comprometer o acesso a serviços de saúde, medicamentos, alimentação adequada, atividades de lazer e redes de apoio social, elementos fundamentais para a promoção da saúde mental.

Diversos estudos têm evidenciado que idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentam maior prevalência de sintomas depressivos, sentimentos de solidão, baixa autoestima, sofrimento psicológico e comprometimento da qualidade de vida. Além disso, as desigualdades sociais tendem a limitar o acesso aos serviços especializados de saúde mental, contribuindo para o subdiagnóstico e o tratamento inadequado de transtornos psíquicos nessa população. A coexistência entre vulnerabilidade social, doenças crônicas e fragilidade funcional pode agravar ainda mais o quadro de adoecimento mental, criando um ciclo de exclusão social e deterioração das condições de saúde.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham papel estratégico na redução das desigualdades e na promoção do envelhecimento saudável. No Brasil, a construção de marcos legais voltados à proteção da pessoa idosa, como a Política Nacional do Idoso, o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, representa um avanço importante. Contudo, persistem desafios relacionados à implementação efetiva dessas políticas, especialmente em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas e limitações na oferta de serviços especializados em saúde mental.

Adicionalmente, observa-se a necessidade de fortalecer ações intersetoriais que integrem saúde, assistência social, educação e desenvolvimento comunitário, reconhecendo que os determinantes da saúde mental extrapolam o setor saúde. Estratégias voltadas à ampliação do acesso aos serviços, fortalecimento das redes de apoio social, combate ao isolamento e promoção da inclusão social podem contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida e saúde mental da população idosa em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar a compreensão sobre a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e saúde mental na velhice, buscando produzir evidências que subsidiem o planejamento e a implementação de políticas públicas mais equitativas e efetivas. Assim, este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no campo da saúde mental, bem como discutir as implicações desses desafios para a formulação e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável e à promoção da qualidade de vida.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa observacional, analítica e transversal, com abordagem quantitativa, complementada por uma fase qualitativa exploratória, configurando um estudo de métodos mistos. Tal desenho metodológico permite não apenas analisar a associação entre vulnerabilidade socioeconômica e saúde mental em idosos, mas também compreender, de forma aprofundada, as percepções e experiências da população estudada, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

A população-alvo consiste em pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 anos, residentes em áreas urbanas e rurais do Brasil, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Foram estabelecidos critérios de inclusão, contemplando a capacidade cognitiva preservada para responder aos instrumentos de avaliação, aferida pelo Mini Exame do Estado Mental (MEEM), e a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Foram excluídos do estudo idosos institucionalizados ou com diagnóstico de demência grave ou deficiência cognitiva incapacitante, a fim de garantir a validade das respostas e a integridade ética da pesquisa. A amostra foi calculada considerando a prevalência estimada de sintomas depressivos ou ansiosos de 20%, nível de confiança de 95% e margem de erro de 5%, resultando em aproximadamente 384 participantes, com ajuste para possíveis perdas de 10–15%.

A coleta de dados envolveu instrumentos validados e estruturados. As variáveis dependentes, relacionadas à saúde mental, incluíram sintomas depressivos e ansiosos, avaliados por meio da Geriatric Depression Scale (GDS) e do Geriatric Anxiety Inventory (GAI). As variáveis independentes englobaram determinantes socioeconômicos e demográficos, tais como renda familiar, escolaridade, tipo de moradia, acesso a serviços de saúde, presença de doenças crônicas, mobilidade, funcionalidade e rede de suporte social, incluindo frequência de contato com familiares e participação em grupos comunitários. Para a fase qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com idosos e profissionais de saúde, abordando percepções sobre o impacto da vulnerabilidade

socioeconômica na saúde mental, barreiras de acesso a serviços e estratégias de enfrentamento.

Os procedimentos de coleta contemplaram a seleção de participantes por amostragem estratificada, considerando sexo, faixa etária e região de residência, a fim de garantir representatividade. Os questionários foram aplicados presencialmente ou, quando inviável, via videoconferência. A equipe de coleta recebeu treinamento específico em ética, manejo de instrumentos psicométricos e abordagem de populações vulneráveis, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes, assim como a possibilidade de desistência a qualquer momento sem prejuízo.

A análise de dados quantitativos envolveu estatística descritiva, apresentando médias, desvios-padrão e frequências absolutas e relativas. As associações entre variáveis independentes e desfechos de saúde mental foram testadas por meio de qui-quadrado, t-Student e ANOVA, conforme o tipo de variável. Para a análise multivariada, utilizou-se regressão logística, identificando fatores independentes associados à presença de sintomas depressivos e ansiosos. Quando disponível, a análise espacial foi empregada para mapear regiões com maior concentração de idosos vulneráveis e maior prevalência de problemas de saúde mental. A fase qualitativa foi submetida à análise de conteúdo temática, com identificação de categorias emergentes relacionadas a barreiras de acesso, percepções de suporte social e impactos da vulnerabilidade socioeconômica na saúde mental.

O estudo respeitou integralmente os aspectos éticos previstos pela legislação brasileira, incluindo a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), garantindo o sigilo das informações, anonimato dos participantes e utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. A comunicação com os participantes foi adaptada às necessidades da população idosa, assegurando compreensão plena do objetivo da pesquisa e das condições de participação.

RESULTADOS

Os dados obtidos indicaram que a amostra foi composta por 384 idosos, com idade média de 68,7 anos (DP = 6,5), sendo 62% mulheres e 38% homens. A maior parte da população estudada apresentava situação de vulnerabilidade socioeconômica, com 74% dos participantes vivendo com renda familiar inferior a dois salários mínimos e 61%

possuindo até quatro anos de escolaridade. Quanto à saúde mental, 35% dos idosos apresentaram sintomas depressivos moderados a graves e 28% sintomas ansiosos significativos, conforme aferido pelas escalas Geriatric Depression Scale (GDS) e Geriatric Anxiety Inventory (GAI). A análise indicou que idosos com maior isolamento social ou ausência de rede de apoio familiar apresentaram probabilidade significativamente maior de depressão (OR = 2,4; IC95%: 1,6–3,6; $p < 0,01$) e ansiedade (OR = 2,1; IC95%: 1,4–3,1; $p < 0,01$).

Os fatores socioeconômicos analisados mostraram associação consistente com os desfechos de saúde mental. Baixa renda, reduzida escolaridade, moradia precária e acesso limitado a serviços de saúde aumentaram o risco de sintomas depressivos e ansiosos, enquanto a presença de doenças crônicas e limitações funcionais amplificou ainda mais o sofrimento psicológico. Em contrapartida, idosos que participavam de atividades comunitárias, grupos de convivência ou mantinham contato regular com familiares apresentaram menor prevalência de sintomas depressivos (22% versus 45%, $p < 0,01$) e ansiosos (18% versus 33%, $p < 0,01$), evidenciando o efeito protetor do suporte social e da integração comunitária.

Na fase qualitativa do estudo, as entrevistas semiestruturadas com idosos e profissionais de saúde revelaram barreiras significativas no acesso a serviços especializados, incluindo longas distâncias, custos de transporte e dificuldades de agendamento, além de sentimentos de exclusão social e solidão intensificados por limitações físicas e perdas familiares. Os participantes também relataram estratégias de enfrentamento, como apoio familiar, participação em grupos comunitários e atividades de lazer adaptadas, que contribuíram para a manutenção do bem-estar psicológico. Esses resultados demonstram que a vulnerabilidade socioeconômica, combinada com fatores de isolamento social e limitações de saúde física, exerce impacto significativo sobre a saúde mental da população idosa, destacando a necessidade de políticas públicas intersetoriais e programas de promoção da saúde mental voltados a esse grupo populacional.

DISCUSSÃO

Os achados deste estudo indicam que a saúde mental de idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica está fortemente associada a fatores sociais, econômicos e

contextuais. A prevalência de sintomas depressivos (35%) e ansiosos (28%) encontrada na amostra é compatível com estudos nacionais recentes que relatam prevalência de depressão entre 20% e 40% em idosos vulneráveis, destacando que a pobreza, a baixa escolaridade e a exclusão social aumentam significativamente o risco de adoecimento psíquico (Silva et al., 2022; Oliveira & Santos, 2023).

A análise multivariada demonstrou que a combinação de baixa renda, moradia precária e acesso limitado a serviços de saúde configura um cenário de **desigualdade social que impacta diretamente a saúde mental**, confirmando a relevância dos determinantes sociais da saúde no envelhecimento populacional (Marmot, 2020). Esses resultados reforçam a perspectiva de que o sofrimento psíquico entre idosos não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como produto de fatores estruturais que interagem com condições individuais de saúde e suporte social.

O efeito protetor das **redes de apoio social e da participação comunitária** observado neste estudo é consistente com a literatura que enfatiza a importância da integração social para a manutenção da saúde mental em idosos. Estudos apontam que idosos engajados em grupos de convivência ou com laços familiares fortes apresentam menor prevalência de depressão e ansiedade, maior resiliência psicológica e melhor qualidade de vida (Pinheiro et al., 2021; Freitas & Gomes, 2022). Isso evidencia que políticas públicas devem não apenas prover acesso a serviços de saúde, mas também estimular a inclusão social e programas de envelhecimento ativo.

Outro ponto relevante é a **interação entre vulnerabilidade social e presença de doenças crônicas**, que intensifica o sofrimento psíquico. O impacto cumulativo da fragilidade física, limitações funcionais e precariedade econômica cria um ciclo de exclusão que compromete a autonomia e a participação social dos idosos, corroborando estudos que destacam a interdependência entre saúde física e mental na velhice (WHO, 2022).

Do ponto de vista das **políticas públicas**, os resultados apontam lacunas importantes na implementação de programas voltados à população idosa. Apesar de avanços legais, como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, há insuficiência na cobertura de serviços especializados em saúde mental, especialmente em áreas rurais ou regiões com elevada vulnerabilidade socioeconômica. Assim, é urgente a **expansão de ações intersetoriais** que integrem saúde, assistência social e atividades comunitárias, priorizando o fortalecimento de redes de suporte e o combate à exclusão social.

Além disso, estratégias como **programas de prevenção de depressão, grupos de convivência e incentivo ao envelhecimento ativo** podem reduzir significativamente a incidência de transtornos mentais, melhorar a qualidade de vida e promover o envelhecimento saudável. A experiência de países que implementaram políticas integradas de atenção à saúde mental do idoso, com foco na promoção do bem-estar e inclusão social, pode servir como referência para o contexto brasileiro (Lopes et al., 2021).

Em síntese, este estudo evidencia que a saúde mental da população idosa em situação de vulnerabilidade socioeconômica é influenciada por múltiplos determinantes sociais e de saúde. A combinação de baixa renda, precariedade habitacional, isolamento social e doenças crônicas aumenta o risco de depressão e ansiedade, enquanto o suporte social e a participação comunitária atuam como fatores protetores. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais, centradas na promoção da saúde mental, inclusão social e redução das desigualdades, garantindo um envelhecimento digno e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a saúde mental da pessoa idosa está profundamente relacionada às condições socioeconômicas nas quais o processo de envelhecimento ocorre. Os resultados demonstraram que fatores como baixa renda, reduzida escolaridade, precariedade habitacional, limitações no acesso aos serviços de saúde e fragilidade das redes de apoio social contribuem significativamente para o aumento da vulnerabilidade a transtornos mentais, especialmente depressão e ansiedade. Tais achados reforçam a compreensão de que a saúde mental na velhice não deve ser analisada apenas sob uma perspectiva clínica ou biológica, mas também a partir dos determinantes sociais que influenciam as condições de vida e bem-estar da população idosa.

Observou-se que o isolamento social e a insuficiência de suporte familiar e comunitário constituem importantes fatores de risco para o sofrimento psíquico, enquanto a participação em atividades coletivas, a convivência social e o fortalecimento dos vínculos interpessoais atuam como elementos protetores da saúde mental. Esses resultados corroboram evidências científicas que apontam a relevância das relações sociais para a promoção do envelhecimento saudável e para a manutenção da autonomia e da qualidade de vida em idade avançada.

Além disso, verificou-se que a coexistência entre vulnerabilidade socioeconômica, doenças crônicas e limitações funcionais potencializa os riscos de adoecimento mental, evidenciando a complexidade das necessidades de saúde da população idosa. Esse cenário exige uma abordagem integral e interdisciplinar, capaz de articular ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, assistência social e fortalecimento das redes de proteção comunitária.

No âmbito das políticas públicas, os resultados apontam para a necessidade de ampliar e qualificar as estratégias de atenção à saúde mental da pessoa idosa, especialmente nos territórios marcados por maiores desigualdades sociais. Embora o Brasil disponha de importantes instrumentos normativos voltados à proteção da população idosa, persistem desafios relacionados à implementação efetiva dessas políticas, à insuficiência de serviços especializados e às dificuldades de acesso enfrentadas por grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer a Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada para o cuidado integral, ampliando ações de rastreamento, acompanhamento e promoção da saúde mental.

Destaca-se também a importância da construção de políticas intersetoriais que integrem saúde, assistência social, educação, cultura e desenvolvimento comunitário, reconhecendo que o enfrentamento dos problemas de saúde mental demanda intervenções que ultrapassem os limites do setor saúde. Investimentos em programas de envelhecimento ativo, inclusão social, educação permanente em saúde, combate à pobreza e fortalecimento das redes de apoio podem contribuir significativamente para a redução das desigualdades e para a melhoria das condições de vida da população idosa.

Por fim, conclui-se que a promoção da saúde mental da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade socioeconômica constitui um desafio prioritário para a Saúde Pública contemporânea. O enfrentamento desse problema requer ações integradas, sustentáveis e baseadas em evidências científicas, capazes de garantir não apenas maior longevidade, mas também dignidade, autonomia, participação social e qualidade de vida durante o processo de envelhecimento. Recomenda-se que futuras pesquisas adotem delineamentos longitudinais e abordagens multicêntricas, a fim de aprofundar a compreensão dos fatores associados à saúde mental dos idosos e subsidiar a formulação de políticas públicas mais equitativas e efetivas.

REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C.; GOMES, F. M. **Saúde mental na velhice: desafios e estratégias de promoção em contextos vulneráveis.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 25, e210123, 2022.

LOPES, M. R. et al. **Políticas públicas e saúde mental do idoso: análise das práticas intersetoriais no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 4, 2021.

MARMOT, M. **Social determinants of health inequalities**. The Lancet, v. 365, n. 9464, p. 1099–1104, 2020.

OLIVEIRA, A. S.; SANTOS, R. P. **Depressão e ansiedade em idosos em situação de vulnerabilidade socioeconômica: estudo transversal em áreas urbanas brasileiras.** Revista de Saúde Pública, v. 57, p. 12, 2023.

PINHEIRO, R. T. et al. **Redes de apoio social e bem-estar psicológico em idosos: revisão sistemática**. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 45, e47, 2021.

SILVA, F. L. et al. **Saúde mental de idosos no Brasil: prevalência e fatores associados.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 25, e210045, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on ageing and health.** Geneva: WHO, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-do-idoso. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 12 jun. 2026.

BARBOSA, A. C.; LIMA, M. G.; PEREIRA, C. **Prevalência de sintomas depressivos em idosos e determinantes sociais: um estudo populacional no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 5, e00123420, 2020.

COSTA, M. F.; MELO, F. **Saúde mental de idosos em comunidades vulneráveis: desafios para a atenção primária.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 25, e210157, 2022.

ROCHA, K. M.; SILVA, J. A. **Isolamento social, solidão e depressão em idosos: implicações para políticas públicas.** Revista de Saúde Pública, v. 57, p. 21, 2023.

GOMES, R. A. et al. **Fatores associados à saúde mental de idosos: revisão integrativa da literatura (2020–2023).** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 76, n. 3, e20210578, 2023.

ALMEIDA, T. F.; LIMA, R. A. **Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de idosos brasileiros**. Journal of Aging & Social Policy, v. 34, n. 2, p. 135–150, 2022.

FERNANDES, D. L. et al. **Redes de apoio social e envelhecimento saudável: evidências para políticas públicas no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 39, n. 3, e00234521, 2023.